



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA**

**NACIONAL**

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2024**

**(Do Senhor LUCAS REDECKER)**

Requer, nos termos regimentais, seja convidado o Chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, Embaixador Celso Amorim para, em audiência pública, falar sobre sua atuação na Venezuela.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, com a presença do Chefe da Assessoria Especial da Presidência, Embaixador Celso Amorim, para falar sobre sua atuação na Venezuela em razão das eleições presidenciais realizadas naquele país em 28 de julho.

**JUSTIFICAÇÃO**

No dia 28 de julho, foram realizadas eleições presidenciais na Venezuela, processo marcado por uma série de irregularidades e denúncias de fraude, favorecendo o regime de Nicolás Maduro, que poderá acumular um total de 17 anos no poder.

Um dia antes do pleito, Maduro ordenou o fechamento das fronteiras do país, impedindo, por exemplo, que os venezuelanos abrigados no Brasil, por meio da Operação Acolhida, pudessem votar. Estima-se que 4 milhões de venezuelanos em todo o mundo, tenham padecido do mesmo impedimento por decisão do regime.

Além disso, uma dezena de candidatos de oposição tiveram seus registros de candidatura negados pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), órgão do Poder Judiciário, mas completamente aparelhado pelo governo de Nicolás Maduro.

À título de ilustração, cito o caso da ex-deputada Maria Corina Machado, que esteve na CREDN em 2014, onde denunciou a violação dos direitos humanos por parte do regime, como política de governo. Ao





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA

NACIONAL

retornar a Caracas, ela teve seu passaporte cancelado, tornando-se uma “presidiária” em seu próprio país. Outros políticos, perseguidos e ameaçados de prisão, fugiram da Venezuela e se encontram exilados em diferentes países.

A própria ONU, por meio da então Alta Comissária de Direitos Humanos, Michelle Bachelet, denunciou o regime diversas vezes, por violações sistemáticas aos direitos humanos e políticos dos venezuelanos.

Para as eleições de 28 de julho, a CREDN pretendia constituir uma Missão de Observação integrada por deputados de diferentes partidos, o que não foi possível, pois o regime simplesmente ignorou os apelos que fizemos. No dia das eleições, diversos grupos de parlamentares latino-americanos e europeus, tiveram negados o ingresso em território venezuelano, incluindo uma comitiva de ex-presidentes da região. A Organização dos Estados Americanos (OEA), uma das instituições mais antigas do mundo, emitiu nota em que rechaçou por completo a suposta eleição de Maduro.

Em 31 de julho, a OEA reuniu o seu Conselho Permanente para tratar do assunto, em atendimento a iniciativas de países como Argentina e Uruguai, com o endosso de Canadá, Chile, Costa Rica, Equador, EUA, República Dominicana, Guatemala, Panamá, Paraguai e Peru. Na oportunidade, uma Resolução cobrando a apresentação das atas das mesas de votação, como condição para o reconhecimento dos resultados, não foi aprovada e contou com a abstenção do Brasil.

Como é praxe em qualquer ditadura, a Venezuela rompeu relações com os países que não reconheceram a farsa montada em 28 de julho e expulsou dezenas de diplomatas estrangeiros no dia 29, quando o regime também assediou ilegalmente a sede da Embaixada da Argentina em Caracas, onde vários opositores encontram-se exilados há meses.

No mesmo dia, o Centro Carter, uma das poucas instituições independentes autorizadas a monitorar as eleições venezuelanas, cancelou a publicação de um informe preliminar ao mesmo tempo em que iniciou a retirada do seu pessoal do país. Jennie Lincoln, que chefiou a comitiva do Centro Carter à Caracas, assegurou, ainda, que a





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA

NACIONAL

Venezuela e/ou o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) não estiveram sob ataque cibernético, justificativa dada pelo próprio Nicolás Maduro, para não apresentar as atas.

Ato seguido, a entidade apresentou um informe em que denuncia a completa falta de lisura em todo o processo eleitoral, antes, durante a após o pleito. Tal postura foi seguida por diferentes governos e instituições como a OEA e a União Europeia.

Apesar de todos esses eventos, o Brasil preferiu o silêncio. Timidamente, para não suscitar reações raivosas por parte de Maduro, o Itamaraty, em nota, pediu que as atas das mesas de votação fossem exibidas, confirmando a isenção do pleito. O pedido foi reiterado pelo representante oficial do governo brasileiro em Caracas, o chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, Celso Amorim.

Diante desses fatos e da conhecida intenção do Brasil de trabalhar pelo retorno da Venezuela ao MERCOSUL, bloco do qual está suspensa desde 2016, por descumprimento das suas normas democráticas, considero fundamental que o Excelentíssimo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, compareça à CREDN para esclarecer a postura do Brasil sobre as eleições venezuelanas, além de traçar um cenário de curto prazo para mais esta crise.

Sala da Comissão em,      de agosto de 2024.

Deputado **LUCAS REDECKER**  
PSDB/RS

